



**CONSELHO DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 25 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 1 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

ATA DO 115º ENCONTRO DO CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Presidência: Desembargador PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES

Local: Sala de Sessões Ministro Teori Zavascki – TJSC. Período: 6 e 7 de dezembro de 2018.

Aos **6 (seis) dias do mês de dezembro de 2018**, às 19 horas, na Sala de Sessões Ministro Teori Zavascki, localizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, houve a abertura dos trabalhos do **115º ENCONTRO DO CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, cuja mesa de honra foi composta pelas seguintes autoridades: Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça; Juliano Dossena, Procurador Geral do Estado, representando o Governador do Estado de Santa Catarina; Aurino Alves de Souza, Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos do Ministério Público, representando o Ministério Público; Paulo Marcondes Brincas, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina; Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, Presidente da Associação de Magistrados Catarinenses – AMC. Na sequência, o Mestre de Cerimônias convidou os lanceiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina para conduzirem os Desembargadores Membros do Conselho dos Tribunais de Justiça: Desembargador Gesivaldo Nascimento Britto,

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 2 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 26 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Desembargador Lourival de Jesus Serejo, Vice-Presidente, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, membro da Comissão Executiva, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco; Desembargador Gilberto Marques Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; Desembargador Rui Ramos Ribeiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Desembargador Francisco Gladyson Pontes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Desembargador Joás de Brito Pereira Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba; Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo; Desembargador José Carlos Malta Marques, membro da Comissão Executiva, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas; Desembargador Cezário Siqueira Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Sergipe; Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas; Desembargadora Denise Bonfim, Presidente do Tribunal de Justiça do Acre; Desembargador Divoncir Schreiner Maran, Presidente do Tribunal de Mato Grosso do Sul; Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia; Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier, Presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins; Desembargadora Elaine Cristina Bianchi, Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima; Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá; Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Vice-Presidente Regional; Desembargador Cleones Carvalho Cunha, Vice-Presidente Regional; Desembargador João Maria Lós, Vice-Presidente Regional; Desembargador

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 3 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 27 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Luis Felipe Silveira Difini, Vice-Presidente Regional; Desembargador Luís Araújo Mendonça, membro da Comissão Executiva e Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, membro da Comissão Executiva. Ato contínuo, foi executado o Hino Nacional pela banda da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conhecida como "O Piano Catarinense", sob a regência do Subtenente Marcos Cezar Viana. Ato contínuo, o Mestre de Cerimônia agradeceu a presença dos Desembargadores e Magistrados da Corte Catarinense que prestigiaram a solenidade, Desembargador Álvaro Luiz Pereira de Andrade; Desembargador Antônio Zoldan da Veiga; Desembargador Altamiro de Oliveira; Desembargador José Agenor Aragão; Juíza de Segundo Grau Bettina Maria Maresch de Moura; Juiz de Segundo Grau Carlos Roberto da Silva; Desembargador Carlos Adilson Silva, 2º Vice-Presidente; Desembargador Dinart Francisco Machado; Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira; Desembargador Luiz Fernando Boller; Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva; Desembargador Roberto Lucas Pacheco, Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial; Desembargador Selso de Oliveira; Desembargador Sérgio Rizelo e Desembargador Salim Schead dos Santos. Na sequência, o Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, saudou os presentes e promoveu a abertura oficial do 115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça. Dando continuidade, foi executado o Hino do Estado de Santa Catarina. Na sequência, o Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, fez seu pronunciamento e, ao final, declarou encerrada a solenidade de abertura do Encontro. No dia seguinte, **7 (sete) de dezembro de 2018**, às 9h39min, na Sala de Sessões Ministro Teori Zavascki, localizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o **CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, sob a condução do seu Presidente, Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, reuniu-se com os

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Presidentes e representantes de Tribunais de Justiça, os Vice-Presidentes do Conselho dos Tribunais de Justiça e os membros da respectiva Comissão Executiva. Dando continuidade, o Presidente concedeu a palavra à Sra. Patricia Marins, sócia-diretora do Grupo In Press. A ilustre convidada agradeceu o convite e iniciou sua exposição destacando que abordaria como trabalhar a comunicação no Poder Judiciário, como lidar com as constantes mudanças na área e como o Conselho pode aprimorá-la. Inicialmente, salientou que o índice de confiança do brasileiro nas instituições públicas é o mais baixo desde 2009. Questionou quais são as pautas a serem enfrentadas diante desse cenário e destacou manchetes da grande mídia das últimas semanas. Reproduziu um vídeo que enfatiza o gasto com a máquina pública. Asseverou que não é à toa que frases mal colocadas ganham destaque e fortalecem a imagem negativa da população sobre o Poder Judiciário. Ponderou que a comunicação está em constante transformação, sendo que as mudanças das tecnologias e das formas de comunicação refletem na realidade. Destacou que vários Tribunais já estão nas redes sociais, buscando novas formas de comunicação, de diálogo. Salientou que a mídia formal ainda está presente e, embora não seja mais considerada um quarto poder, ainda é importante. Consignou que o imediatismo com objetividade é o que pauta a comunicação hoje. Ponderou que será cada vez menor o tempo para produzir as notícias, sendo necessário estabelecer estratégia. Concluiu que a estratégia é a comunicação integrada. Questionou de que maneira o Conselho pode ter uma comunicação mais efetiva. Como pode recuperar a confiança da sociedade no Poder Judiciário. Destacou que a unidade do discurso é fundamental e que o papel do Conselho é disseminar as causas relacionadas ao fortalecimento dos princípios, à defesa das prerrogativas, sendo fundamental o alinhamento dos propósitos. Salientou, ademais, a necessidade de entender o público para fazer comunicação, que não pode ser homogênea, tem que ser segmentada. Consignou que falar com muitos públicos significa ter

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

muitos canais, para atingir a todos. A palestrante ponderou que a comunicação não pode ser meramente informativa, sendo este o grande erro dos gestores públicos brasileiros, pois comunicar significa dialogar, estabelecer empatia. Destacou que gestão de comunicação consistente em identificar e trazer respostas para as fragilidades, planejar a comunicação e o relacionamento com diferentes públicos, com pleitos próprios. Enfatizou, novamente, a importância da empatia e da criatividade para aproximar. Sugeriu mais clareza e simplificação no discurso para estabelecer elos de comunicação e não de informação. Apresentou, ainda, “cases de sucesso”, relativos à trabalhos realizados na AMB, intitulado “AMB: Não deixa o Judiciário parar”, e no Ministério Público, resumida na hashtag “#oMinistérioPúblicoestáaqui”. Ao final, reproduziu o vídeo no qual os governantes da Coréia do Norte e do Sul se cumprimentam e celebram acordo de paz, sendo, na sua opinião, a imagem do ano, que resume a importância da comunicação. No passado, o documento seria assinado dentro de um gabinete e registrado com belas fotos, mas destacou que hoje isso não é suficiente. O Presidente agradeceu a palestra e abriu o debate acerca do assunto. O Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior, Presidente do TJRO, salientou que a fala da palestrante servirá como diretriz no Tribunal. O Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira, Presidente do TJAP, cumprimentou a palestrante e ponderou que a comunicação no Judiciário exige um pouco mais de cada dirigente, pois além da transparência, a disponibilidade de tempo é fundamental. Compartilhou a experiência vivenciada no Amapá, onde uma vez por mês conversa com todos os repórteres para que perguntem o que quiserem. Salientou que a transparência também revela pautas negativas, o que é necessário. O Desembargador Francisco Gladysson Pontes, Presidente do TJCE, também parabenizou a Sra. Patricia. Entretanto, ponderou que o receptor nem sempre domina o tema ou então distorce os dados e as informações. Assim, indagou à palestrante se a imprensa também está

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 6 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 30 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

preparada para dialogar com o Poder Judiciário. Em resposta, a Sra. Patricia revelou que existe um vácuo muito grande entre o Judiciário e a população, além de serem poucos os jornalistas especializados. Ponderou, por outro lado, a necessidade de o Poder Judiciário entender como se produz a notícia, com mais objetividade, sob pena de revelar o olhar do jornalista sobre o que é mais importante. Assim, concluiu que o preparo também deve partir do Judiciário. O Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira, Presidente do TJAP, reiterou a necessidade da transparência. O Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, membro da Comissão Executiva, parabenizou o Des. Rodrigo Collaço, Presidente do TJSC por sua atuação e ponderou que os Tribunais falham em não se preocupar mais com a sua estrutura de comunicação. Consignou a necessidade de uma comunicação moderna, com o objetivo de transmitir as decisões que impactam de forma positiva a sociedade, mas não são divulgadas. Dando continuidade, o Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, membro da Comissão Executiva, pediu a palavra e destacou o brilhantismo da palestra proferida. Entretanto, ponderou que muitas vezes a imprensa não se mostra interessada em divulgar as boas notícias. Exemplificou que o CNJ divulgou que o Poder Judiciário recuperou bilhões na lata jato, mas a imprensa não noticiou. O Desembargador Lourival de Jesus Serejo, do TJMA, teceu um breve comentário acerca do exposto. Após, o Presidente agradeceu, mais uma vez, à Sra. Patricia Marins. O Desembargador Rodrigo Collaço agradeceu a presença do Desembargador Henry Petry Jr. e da Desembargadora Soraya Nunes Lins que prestigiaram o evento. Dando prosseguimento, o Presidente convidou o Juiz de Direito Walter Godoy, titular da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo e Magistrado Instrutor do Gabinete do Ministro Ricardo Lewandowski, para proferir a palestra intitulada "Anteprojeto da LOMAN - O novo Estatuto da Magistratura Nacional". O palestrante iniciou a sua exposição destacando que a Portaria n. 47 do Supremo Tribunal Federal instituiu a

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 7 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 31 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Comissão de Estudo e Redação de Anteprojeto de Lei Complementar para dispor sobre o Estatuto da Magistratura. Destacou que os trabalhos da Comissão foram apresentados em meados de 2014, procurando harmonizar o regime jurídico das diversas carreiras da magistratura e, assim, estabelecer o que se convencionou denominar "magistratura nacional". Expôs que a partir de então, semanalmente, os ministros se debruçaram sobre o texto proposto, sendo que, após a realização de intenso debate, decidiram aprovar, por unanimidade, a Resolução n. 577 de 2016, para que a votação passasse a ser realizada em sessões virtuais. O palestrante salientou que o resultado da votação virtual está integralmente disponível para consulta, sendo entregue na oportunidade em meio físico e digital ao Presidente do Conselho. Destacou, ademais, que encerrada a fase de votação o texto aprovado foi encaminhado à Comissão de Redação. Após, destacou os principais pontos do anteprojeto. Aberto o diálogo sobre o tema, a Desembargadora Elaine Cristina Bianchi, Presidente do TJRR, após parabenizar o palestrante pela exposição, manifestou-se acerca da existência de graves problemas de independência financeira nos Tribunais Estaduais e indagou se não seria importante garantir a referida independência financeira no anteprojeto. O palestrante consignou que a questão está em constante debate, existindo diversas frentes na LOMAN para garantir a autonomia orçamentária e financeira do Poder Judiciário, como por exemplo as custas, a impossibilidade de glosa, etc. A Desembargadora Elaine sugeriu que houvesse uma rubrica específica do duodécimo. O Desembargador Lourival de Jesus Serejo, do TJMA indagou se há perspectiva de encaminhamento do novo projeto ao congresso. O Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior, Presidente do TJRO, aderiu ao questionamento, indagando se há maturidade política para a votação de um projeto dessa envergadura. O magistrado entendeu que dificilmente haveria um ambiente político para encaminhar o projeto, caso contrário poderia ser necessária a retirada, o que não é

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 8 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 32 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

recomendado. Destacou que uma das características do magistrado é a prudência, e a prudência nesse momento não recomenda o encaminhamento. Concluiu, de todo modo, que houve um progresso importante, tendo em vista que hoje existe um texto, com 310 artigos. O Desembargador José Carlos Malta Marques, membro da Comissão Executiva, indagou se o momento apropriado chegará. O magistrado consignou que a fase atual é de conclusão da aprovação do texto, sendo que o encaminhamento depende do contexto político e das tratativas junto ao Congresso Nacional. O Desembargador Rodrigo Collaço, Presidente do TJSC, cumprimentou o palestrante e indagou se o projeto prevê as penalidades de advertência e censura no anteprojeto para fins de punição disciplinar. O magistrado esclareceu que há previsão acerca da gradação de penalidades. O Desembargador Gesivaldo Nascimento Britto, Presidente do TJBA, sugeriu que o percentual de participação no duodécimo fosse não só uma garantia, mas um aumento. Em resposta, o palestrante salientou a proibição de glosa. O Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, Presidente do TJES, agradeceu a explanação e expôs observações de cunho pessoal. Esclareceu sua preocupação com a manutenção do auxílio moradia. Ademais, demonstrou preocupação com o repasse do duodécimo. O Desembargador Joás de Brito Pereira Filho, Presidente do TJPB, compartilhou da preocupação com o repasse do duodécimo e indagou se no anteprojeto permanece como punição máxima a aposentadoria compulsória. O palestrante ponderou, quanto ao auxílio moradia, que no estudo realizado, verificou-se que praticamente todos recebem e que a magistratura, aliada ao Ministério Público são os que recebem os menores valores, de forma que a retirada romperia a isonomia. O Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, Presidente do TJRS, externou sua preocupação com o disposto no art. 26, que trata do sistema híbrido. O palestrante fez uma breve digressão histórica acerca da matéria e consignou que o sistema híbrido representa a formula consensual alcançada em um tema tão controvertido. O

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 9 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 33 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, Vice-Presidente Regional, sugeriu que os dados relativos aos gastos com auxílio moradia fossem divulgados aos membros do Conselho. O palestrante se comprometeu a entregar o estudo ao Presidente do Conselho. Ato contínuo, foi realizada a apresentação pelo Sr. Sidnei Manoel Rodrigues do Observatório da Indústria Catarinense, área da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC voltada ao planejamento e desenvolvimento estratégico da indústria do Estado, sendo responsável por monitorar os principais fatores que afetam a competitividade industrial no Estado de Santa Catarina, analisar o desempenho econômico e as tendências tecnológicas dos setores estratégicos, fornecendo informações sobre a tomada de decisões estratégicas, tanto na esfera estadual quanto regional. Com a palavra, o palestrante destacou os desafios da Indústria, quais sejam: o domínio tecnológico, o direcionamento dos investimentos, a busca de fomento, de inteligência, de inovação aberta, entre outros. Explanou acerca do Portal Setorial, onde o volume de dados e as análises estatísticas ficam registradas. Na sequência, foi realizada uma transmissão ao vivo com outros representantes do Observatório, Sra. Rogéria e Sr. Henrique, que demonstraram alguns mapeamentos. Ao final, o palestrante destacou como próximos passos análises específicas de temas como execução fiscal, medidas protetivas urgentes (Maria da Penha), dentre outras, sempre utilizando o "BigData". Na sequência, às 12h41, o Presidente encerrou as atividades do turno matutino. Reabertos os trabalhos, às 14h17min, o Desembargador Rodrigo Collaço, Presidente do TJSC, destacou a presença do Juiz Marcio Schiefler Fontes, Conselheiro do CNJ e lhe passou a palavra. O magistrado ponderou que a realidade processual brasileira passa por um momento muito intenso e delicado. Destacou que a Justiça Estadual responde por cerca de 80% por processos em tramitação do país. Ressaltou, assim, a representatividade do Conselho e a importância das sugestões e debates. O Presidente do Conselho agradeceu pela contribuição e

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

pediu vênha para inverter a ordem da programação e adiantar a prestação de contas, o que foi aprovado. Assim, passou a palavra ao Des. Frederico Ricardo, relator e membro do Conselho. Ato contínuo, a Contadora do Conselho, Sra. Maria Elisa Brasil Vieira dos Santos informou, a pedido do Presidente, que até fevereiro de 2019 a prestação de contas do ano de 2018 será encaminhada aos Tribunais conveniados. Demonstradas as despesas ao Conselho, houve aprovação, por unanimidade, das contas relativas aos últimos 6 (seis) meses de gestão do Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes. Ao final, ficou consignado que a Desembargadora Denise Bonfim será membro do Conselho Fiscal. Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Desembargador Ruy Muggiati e ao Juiz de Direito Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior, para proferirem a palestra intitulada "Apresentação do GMF-PR - Direitos Automatizados na Execução Penal". O Desembargador Ruy relatou que no primeiro semestre do ano de 2016, o GMF do Paraná firmou convênio para desenvolver 3 (três) eixos, quais sejam processual – com o objetivo de otimizar –, prisional – com o desenvolvimento do projeto piloto denominado tratamento penal humanizado – e social. O Juiz Eduardo relatou sua experiência profissional com o tema "Cidadania nos Presídios – Direitos automatizados". Externou que no sistema ordinário o direito dos condenados era postergado. Após, apresentou os projetos e avanços do sistema de execução penal paranaense, bem como detalhes dos programas do GMF-PR. Destacou, ainda, a importância de alguns marcos legais e do projeto piloto. Iniciada a discussão sobre o tema, o Desembargador Yedo Simões de Oliveira, indagou se existe a funcionalidade no Projudi. O Dr. Eduardo informou que disponibilizará o material aos membros do Conselho. O Des. José Carlos Malta Marques, membro da Comissão Executiva, solicitou que também fosse disponibilizada a instrução normativa. O Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, membro da Comissão Executiva, cumprimentou o Desembargador Ruy por ter o dom de tratar o preso com

1738016



**1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO**



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 11 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 35 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

carinho. O Desembargador José Carlos Malta Marques, membro da Comissão Executiva, estendeu a homenagem ao próprio Desembargador Paulo Roberto, por possibilitar os meios para a resolução do desafio apresentado e saber escolher bem as pessoas para executar o projeto. Ato contínuo, o Presidente deu início a parte reservada para tratar de assuntos internos. Primeiramente, abordou o documento elaborado no 1º Workshop do Conselho dos Tribunais de Justiça acerca da implementação da Resolução n. 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça, realizado nos dias 5 e 6 de setembro do corrente ano, em Curitiba/PR. Ainda, prestou esclarecimentos acerca das insurgências apresentadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. O Desembargador José Carlos Malta Marques, membro da Comissão Executiva, pediu a palavra para sugerir ao Presidente do Conselho que encaminhasse aos Presidentes o compilado para que confirmassem os seus posicionamentos. Com a palavra o Presidente do Conselho consignou que o texto base foi amplamente divulgado entre os Presidentes. Após debate, o Presidente consignou que os representantes dos Tribunais de Justiça dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Sul irão confirmar os seus consentimentos. Na sequência, o Presidente solicitou ao Tribunal de Justiça de Pernambuco que disponibilize em sua página o IAC, com diversas teses discutidas. Na sequência, tratou do acórdão proferido pelo Conselho Nacional de Justiça, relativo ao repasse de verba à entidade privada, condicionada ao atendimento dos requisitos do art. 116 da Lei n. 8.666/93, e a consequente necessidade de formalização de convênios. A Desembargadora Denise Bonfim, Presidente do TJAC, solicitou o envio do acórdão. O Conselho irá encaminhar ofício para os Tribunais afim de adequar, por aditamento os convênios já existentes. O Presidente suspendeu a sessão para o coffee break, às 16h41min. Os trabalhos retornaram às 16h58min. Ato contínuo, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia habilitou-se a recepcionar o próximo encontro do Conselho dos Tribunais de

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 12 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 36 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

Justiça, nos dias 14 e 15 de março de 2019. O Presidente fez um breve histórico de seu mandato no Conselho dos Tribunais de Justiça. Na sequência, salientou a existência de discussão acerca da sua legitimidade, na condição de ex-Presidente, assim como questões de cunho pessoal. Assim, entendeu ser o caso de abreviar o seu mandato até o dia 14 de março de 2019. Diante disso, propôs que a votação do novo Presidente seja realizada na sessão anterior ao término do mandato, ressaltando que o cargo deve ser desempenhado por alguém com experiência, sugerindo, assim, o nome do Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, Presidente do TJRS. O Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior manifestou seu inconformismo com a renúncia, por entender que o Presidente deve concluir o mandato, uma vez que possui legitimidade para tanto. Contudo, propôs uma reunião para escolha do novo Presidente. A Desembargadora Denise Bonfim endossou a manifestação do Desembargador Walter. Da mesma forma, o Desembargador Cezário Siqueira Neto externou sua preocupação com a renúncia e com o futuro do Conselho. O Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama ratificou o que fora dito por seus colegas. Os Desembargadores Francisco Gladysson Pontes, Ricardo Ferreira Nunes, Gesivaldo Nascimento Britto, Carlos Augusto Tork de Oliveira, Divoncir Schreiner Maran, Yedo Simões de Oliveira, Elaine Cristina Bianchi, Joás de Brito Pereira Filho, igualmente, demonstraram sua preocupação com a referida renúncia e com o Conselho. O Desembargador Rodrigo Collaço manifestou seu apoio ao atual Presidente e consignou que o Conselho deve se manter unido. A Desembargadora Elaine Bianchi, em meio à discussão, pediu a palavra, agradeceu a sua passagem pelo Conselho e declamou uma poesia aos colegas. Após longo debate, o Presidente renunciou. O Conselho de Tribunais, sob a Presidência do Desembargador José Carlos Malta Marques, membro mais antigo da Comissão Executiva, aceitou a renúncia e declarou a vacância do cargo. Iniciada a votação do sucessor, o Desembargador Carlos Eduardo Zietlow

1738016


1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Duro, Presidente do TJRS foi eleito Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça, por unanimidade. O novo Presidente colocou sob votação a renúncia do Desembargador Flávio Humberto Pascarelli, que foi aceita, por unanimidade. Aberta a votação, foi eleita, também por unanimidade, a Desembargadora Elaine Cristina Bianchi como Vice-Presidente da Região Norte. Ato contínuo, ficou definido todos os Vice-Presidentes continuarão com os mandatos, com previsão de término em Dezembro de 2019, momento em que será definido a permanência ou a realização de nova eleição. No que concerne à Comissão Fiscal, o Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes consignou que a Desembargadora Denise Bonfim, o Desembargador José Carlos Malta Marques, o Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves e o Desembargador João Maria Lós permanecem até dezembro. O Desembargador Pedro agradeceu o carinho de todos, em especial às assessoras Carla, Gisele e Lúcia. Ao final, o Presidente do Conselho agradeceu a todos os presentes e após sugestão, aprovada por todos, restou consignado o intuito de homenagear o Desembargador Pedro no 116º Encontro, que será realizado na Bahia. Na sequência, agradeceu a todos que auxiliaram os trabalhos deste 115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça. Nada mais foi tratado e discutido. Às 20h foi encerrada a sessão. Assim, nós, João Vinicius Rodrigues Bernardo, Maria Eugênia Maciel Campos e Nathália Gonçalves Lins, servidores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sob a coordenação da Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, lavramos a presente ata, que segue assinada pelo Presidente do Conselho dos Presidentes e demais membros do Conselho dos Tribunais de Justiça.

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO




**CONSELHO DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

*115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça
Florianópolis/SC.*


1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 14 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO-NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 38 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO-NESTA
SERVENTIA.


Desembargador **PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES**
Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça


Desembargador **RODRIGO TOLENTINO DE CARVALHO COLLAÇO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina


Desembargador **GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia


Desembargador **LOURIVAL DE JESUS SEREJO**
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão


Desembargador **RICARDO FERREIRA NUNES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará


Desembargador **FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES**
Representante do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



**CONSELHO DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 15 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO-NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 39 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO-NESTA
SERVENTIA.

*115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça
Florianópolis/SC.*

Desembargador **MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Desembargador **GILBERTO MARQUES FILHO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Desembargador **RUI RAMOS RIBEIRO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso

Desembargador **CARLOS EDUARDO ZIETLOW DURO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Desembargador **FRANCISCO GLADYSON PONTES**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Desembargador **JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



**CONSELHO DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 16 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO-NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 40 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO-NESTA
SERVENTIA.

Sérgio Luiz Teixeira Gama
**115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça
Florianópolis/SC.**

Sérgio Luiz Teixeira Gama
Desembargador **SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

José Carlos Malta Marques
Desembargador **JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES**
Representante do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Cezário Siqueira Neto
Desembargador **CEZÁRIO SIQUEIRA NETO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Yedo Simões de Oliveira
Desembargador **YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Denise Castelo Bonfim
Desembargadora **DENISE CASTELO BONFIM**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Divoncir Schreiner Maranhão
Desembargador **DIVONCIR SCHREINER MARAN**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

1738016



1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



**CONSELHO DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**


1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 17 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.


1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 41 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

*115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça
Florianópolis/SC.*



Desembargador **WALTER WALTENBERG SILVA JÚNIOR**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia


Desembargador **EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins


Desembargadora **ELAINE CRISTINA BIANCHI**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima


Desembargador **CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá


Desembargador **CLEONES CARVALHO CUNHA**
Vice-Presidente da Região Nordeste


Desembargador **LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI**
Vice-Presidente da Região Sul

1738016


1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
PÁGINA EM BRANCO
CERTIDÃO
NA ÚLTIMA FOLHA DESTE DOCUMENTO



**CONSELHO DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

*115º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça
Florianópolis/SC.*

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 18 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 42 INTEGRANTE DO
DOCUMENTO REGISTRADO NESTA
SERVENTIA.

[Handwritten signature]
Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
Vice-Presidente da Região Norte

Desembargador **JOÃO MARIA LÓS**
Vice-Presidente Região Centro-Oeste

[Handwritten signature]
Desembargador **PAULO ROBERTO VASCONCELOS**
Membro da Comissão Executiva

[Handwritten signature]
Desembargador **LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA**
Membro da Comissão Executiva

[Handwritten signature]
Francisco Silva Laranja
Advogado
OAB/RS 53.886

1738016





1º TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS

SERVIÇO DE REGISTROS DE PORTO ALEGRE

Av. Borges de Medeiros, 308 - 2º andar - CEP 90020-020 - Centro - Porto Alegre - RS - Fone/Fax: (51) 3211.3666
www.titulosedocumentos.com.br - titulosedocumentos@titulosedocumentos.com.br

Oficial: Bel. Pêrsio Brinckmann Filho



CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi inscrita a associação denominada "CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA", no Livro A-236, sob Nº de ordem 106025, às Fls. 155 F, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em virtude de sua transferência de Belo Horizonte/MG para Porto Alegre/RS. O referido é verdade e dou fé. Porto Alegre, 11 de janeiro de 2019.

André Luis Kuser-Registrador-Substituto

Total: R\$ 726,00 + R\$ 35,30 = R\$ 761,30

Certidão PJ (18 pgs): R\$ 480,60 (0449.04.1700003.23211 a 23213 = R\$ 9,90)

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 26,70 (0449.02.0800007.26187 a 26189 = R\$ 5,70)

Exame documentos: R\$ 41,20 (0449.04.1700003.23214 = R\$ 3,30)

Averbação PJ s/ fins econômicos: R\$ 61,30 (0449.04.1700003.23215 = R\$ 3,30)

Microfilmagem/Digitalização: R\$ 78,40 (0449.04.1700003.23216 = R\$ 3,30)

Busca: R\$ 8,40 (0449.01.1700004.29703 = R\$ 1,40)

Processamento eletrônico: R\$ 29,40 (0449.01.1700004.29697 a 29702 = R\$ 8,40)



1º TÍTULOS E DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS

SERVIÇO DE REGISTROS DE PORTO ALEGRE

Av. Borges de Medeiros, 308 - 2º andar - CEP 90020-020 - Centro - Porto Alegre - RS - Fone/Fax: (51) 3211.3666
www.titulosedocumentos.com.br - titulosedocumentos@titulosedocumentos.com.br

Oficial: Bel. Pêrsio Brinckmann Filho

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, com 18 folha(s) numerada(s), é reprodução fiel do documento arquivado e protocolado sob o nº 1738016, no Livro A-90 de protocolo as fls 104 F, em 19 de dezembro de 2018, e registrado em 11 de janeiro de 2019, à(s) folha(s) 155 F, sob o número de ordem 106025, no Livro A número 236 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O referido é verdade e dou fé. Porto Alegre, 11 de janeiro de 2019.

André Luis Kuser-Registrador-Substituto

Emol: Total: R\$ 726,00 + R\$ 35,30 = R\$ 761,30

Certidão PJ (18 pgs): R\$ 480,60 (0449.04.1700003.23211 a 23213 = R\$ 9,90)

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 26,70 (0449.02.0800007.26187 a 26189 = R\$ 5,70)

Exame documentos: R\$ 41,20 (0449.04.1700003.23214 = R\$ 3,30)

Averbação PJ s/ fins econômicos: R\$ 61,30 (0449.04.1700003.23215 = R\$ 3,30)

Microfilmagem/Digitalização: R\$ 78,40 (0449.04.1700003.23216 = R\$ 3,30)

Busca: R\$ 8,40 (0449.01.1700004.29703 = R\$ 1,40)

Processamento eletrônico: R\$ 29,40 (0449.01.1700004.29697 a 29702 = R\$ 8,40)